



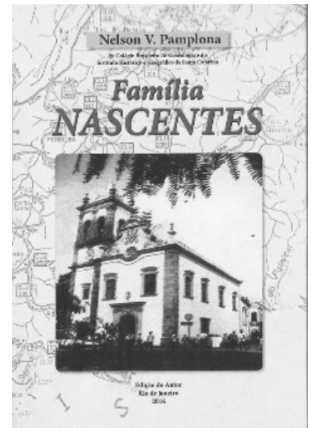
# CARTA MENSAL

## Colégio Brasileiro de Genealogia

Ano XXIX - Nº 133 - set/dez 2016

### ASSOCIADOS SÃO NOTÍCIA

- **Nelson Vieira Pamplona, Titular**, O autor já havia lançado em 2016 o livro *Família Nascente*, em edição de autor. Neste livro, Nelson Pamplona analisa a Família Nascente incluindo suas origens em Portugal, sua transferência para o Brasil, onde provavelmente chegou na década de 1690, e sua descendência em diversas cidades do país, em especial nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Dentre os descendentes, Pamplona cita o conceituado filólogo brasileiro, Professor Catedrático do Colégio Pedro II, Antenor Nascentes (1886 – 1972). O autor já havia lançado, dentre outros, os livros *Família Wehmuth*, em 1996; *Os Pamplonas em Santa Catarina - Cinco Séculos de sua História*, de 1999, cobrindo 19 gerações, com pesquisas de fontes primárias no Brasil e no Exterior, inserindo-as em seu contexto geográfico, histórico e social; *Os Rebello no Litoral de Santa Catarina*, de 2004 e *A Família Werneck do Brasil* de 2010 cobrindo 11 gerações a partir de 1699, com 14.700 familiares registrados, apresenta, devidamente lastreada em documentos de caráter primário, a verdadeira origem da família, até então inédita. Esta obra sobre a família Werneck foi considerada a mais destacada do triênio 2010-2012 no campo da Genealogia, tendo recebido o Prêmio do Colégio Brasileiro de Genealogia em 2013.



- **Aristides Almeida Rocha, Colaborador**, lançou na Escola Superior da CETESB, em São Paulo, SP, o livro "Histórias do Saneamento", editado pela Editora Edgard Blucher, São Paulo. O livro, que contou com a colaboração do Instituto Samuel Murgel Branco, trata de aspectos relevantes da história do saneamento, especialmente no Brasil, abrangendo o fornecimento de água potável, a coleta e destinação de esgoto e a disposição e tratamento de lixo. O livro analisa, em suma, questões importantes referentes tanto à saúde pública, como à gestão e às técnicas de defesa ambiental.
- **Telmo José Tomio, Colaborador**, foi lançado em Curitiba, PR, no dia 12 de novembro último, foi o livro *Família Petris & Descendentes - da Europa para o Brasil*, de **Telmo José Tomio**, Associado Colaborador e de Arno Petris. O livro traz considerações sobre o contexto histórico da imigração em 1875-1876, e também sobre a terra de origem, na região italiana do Trentino, além de incluir dados genealógicos com comprovação documental através das fontes primárias, e entrevistas com os descendentes vivos e grande número de fotos. Note-se que os Petri têm realizado frequentes encontros familiares, o último deles quando do lançamento do livro.



### NOTÍCIAS DO CBG

- **Novos associados** – O CBG dá as boas-vindas aos novos associados aprovados pela Diretoria para integrar o Quadro Associativo. São eles os Colaboradores: **Francisco Roberto Portella Deiana**, do Rio de Janeiro, **Daniel Oliva de Lélis**, de Brasília de Minas, MG e **Matheus Miranda de Sá Campelo**, de Niterói, RJ, além da Correspondente **Dayanne Bonfá**, residente em Região Calábria, na Itália.

- **Anuidade** – a Assembleia Geral decidiu manter para 2016 os valores de anuidade que vigoraram em 2015, ou seja R\$ 120,00. Os boletos para pagamento enviados para os associados definem como data limite para pagamento da anuidade o dia 28 de dezembro de 2016. O CBG pede aqueles que não receberam ou tiveram o boleto extraviado que entrem em contato com a Tesoureira **Maria Lucia Machens** através do e-mail [lalumachens@gmail.com](mailto:lalumachens@gmail.com).

- **Biblioteca** – Informamos aos novos associados - e recordamos aos antigos - que o Estatuto CBG traz em seu Art. 12 - item b a obrigação do associado em "doar à biblioteca um exemplar das publicações de sua autoria nas áreas de interesse do Colégio". Em razão do exíguo espaço para guarda, só temos como adicionar a nosso acervo obras eminentemente **genealógicas** ou que tenham, em seu conteúdo, pelo menos uma boa parte que trate de genealogia, nossa precípua razão de existência.

Registramos os sinceros agradecimentos aos que enviaram volumes de sua autoria, ou de outrem, para ampliar o acervo do CBG. São os seguintes os livros registrados no período:

- *Família Nascente*. De **Nelson Pamplona**, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Acima referido. Doação do autor.

- *Os Blauth no Brasil – Genealogia*, de **Roberto Monte da Rocha** e de **Roberto Dillenburg Heberle**. Letra e Vida Editora, Porto Alegre, 2015.

A história parte da chegada do agricultor Johann Nicolau Blauth, alemão, com sua mulher Anna Maria Pfeiffer e seus cinco filhos, em 1827, a São Leopoldo-RS. A Carta Mensal CBG nº 128 de jul/ago 2015, faz referência ao lançamento deste livro, em 29 de agosto de 2015, durante I Encontro da Família Blauth em Linha Nova, RS. Doação dos autores, associados colaboradores do CBG.

- *Os Achenbach no Brasil – Genealogia*, de **Roberto Monte da Rocha** e de **Roberto Dillenburg Heberle**. Letra e Vida Editores, Porto Alegre, RS, 2015.

Trata da descendência de Achenbach Peter Rudolf Anton nascido em 1862, em Wiesbaden, na Alemanha, e falecido em 1920, em Nova Palmira, RS, que se casou, em 1882, com Schneider Emilia Francisca Juliane, brasileira, descendente de alemães, e dos quatro filhos do casal. Doação dos autores.

- *Os Descendentes de Manoel Cardoso Beirão de Oliveira – Genealogia*, de Daniel Teixeira Meirelles Leite, **Roberto Monte da Rocha** e colaboradores. Est Editores, Porto Alegre, RS, 2015.

Trata-se de uma viagem na história do Arquipélago dos Açores, dando ao leitor uma visão da luta contra a natureza e para a reconstrução do que foi sendo por ela destruído. O núcleo do livro é dedicado a Manoel Cardoso Beirão de Oliveira, que veio para o Rio Grande do Sul em meados do século XVIII, com esposa e 14 filhos o 15º nasceu no Brasil), gerando cerca de 5 mil descendentes catalogados. Doação de **Roberto Monte da Rocha**.

- *A Casa de Cunhaú – História e Genealogia*. De Luís da Câmara Cascudo. Edições do Senado Federal – Volume 45. Brasília, DF, 2008.

A obra aborda a história da família Albuquerque Maranhão, especificamente da linha que por transmissão genealógica teve a propriedade da casa-grande do Engenho Cunhaú, no atual município de Canguaretama, no Rio Grande do Norte. O engenho, que já estava em funcionamento em 1614, foi fundado pelo pernambucano Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, filho de Jerônimo de Albuquerque, primeiro senhor de engenho de Pernambuco, e sobrinho do donatário Duarte Coelho. Jerônimo que adotou o sobrenome Maranhão depois de expulsar os franceses dessa capitania, foi um dos heróis da guerra contra os caetés, pacificou os potiguares e, em Natal, fundou o Forte dos Reis Magos. A obra tem apresentação do Senador Garibaldi Alves Filho e prefácio do historiador **Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão**, associado colaborador do CGB.

- *Franz Meurer – Um Jovem Imigrante Alemão – Genealogia da Família Meira*. Maria Helena Meira Luz. Nova Letra Gráfica e Editora, Blumenau, SC, 2014.

A história do patriarca da família Meurer (Meira) em Santa Catarina é o pano de fundo da obra "Franz Meurer – um jovem imigrante alemão". O texto mostra como a história de Franz, que chegou a Santa Catarina em 1847, aos 16 anos, órfão de pai e mãe, reflete a força dos imigrantes alemães partir da primeira colônia germânica do estado, estabelecida em São Pedro de Alcântara, situada no atual município Governador Celso Ramos. Além de apresentar os passos do patriarca Meurer no país, a obra traz ainda a sua ancestralidade na Alemanha. Note-se que o sobrenome Meurer foi alterado para Meira, visto haver corruptela pela língua escrita e falada por padres de diferentes nacionalidades que fizeram os assentamentos de batizados e casamentos na nova colônia.

- *As Famílias Alves Pequeno e Teixeira Mendes*. De Paulo Tasso Teixeira Mendes. Ideia Editora, João Pessoa, PB, 2016.

As duas partes iniciais do presente texto tratam das famílias Teixeira Mendes, que se origina e, no Brasil, em Custódio Teixeira Mendes, de Caxias, no Maranhão. A segunda referente a Alves Pequeno, esclarecendo sua origem como sendo de nacionalidade portuguesa, ao invés do que, como supunha Assis Chateaubriand a ela ligado e aos que lhe seguiram, como sendo de origem judia e holandesa, e ainda a origem do nome Pequeno. O livro apresenta ainda grande número de fotos dessas famílias e alguns enxertos e memórias do autor.

## FALECIMENTOS

A Diretoria, em nome de todo Quadro Social, lamenta o passamento dos associados Gilson Caldwell do Coutto Nazareth e Betty Antunes de Oliveira.

### GILSON CALDWELL DO COUTTO NAZARETH

Nascido no Rio de Janeiro em 6 de março de 1936, Gilson Nazareth era formado em Filosofia, tendo sido funcionário público, jornalista e professor. Era Titular da Cadeira nº 22 do Colégio Brasileiro de Genealogia, da qual foi o primeiro ocupante. Faleceu em 20 de setembro de 2016. No jornalismo, atuou em rádios como a Roquette Pinto, onde apresentava o programa “Fala João do Rio”, em homenagem ao irreverente jornalista carioca Paulo Barreto, e jornais, como Jornal do Catete e Folha de Laranjeiras. Foi o criador e responsável pela revista eletrônica “João do Rio”, que incluía em cada número, uma seção genealógica de sua autoria. Dirigiu a Casa de Cultura de Laranjeiras – bairro carioca em que residia, e do qual foi grande animador cultural.

Gilson possuía um grande arquivo, com mais de trinta mil fichas genealógicas, feitas a partir de documentação primária do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional. Essas fichas, confeccionadas desde a década dos novecentos e cinquenta, indicam com precisão os volumes, coleções e pastas de origem dos documentos consultados. Gilson possuía, também, uma biblioteca genealógica considerável. Seus apontamentos genealógicos e seus estudos apresentam, nitidamente, preocupações antropológicas e sociais sobre a família brasileira. Há alguns meses, ciente de seu já frágil estado de saúde, legou esse fichário a outro grande genealogista carioca.

### BETTY ANTUNES DE OLIVEIRA

Escritora, jornalista, organista, pianista, regente coral e pesquisadora em História e Genealogia, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1919, e faleceu em 11 de outubro de 2016, no Rio de Janeiro. Era formada em Jornalismo, além de ser graduada em Piano, Órgão e Composição e Regência. Atuou no Estado do Amazonas como professora e como Coordenadora para Assuntos Culturais, da Secretaria da Educação e Cultura. Foi Funcionária da Biblioteca Nacional – Setor de Música, aposentou-se em 1979. No Colégio Brasileiro de Genealogia foi Titular da Cadeira nº 24, até 2008, quando, por problemas de saúde, solicitou seu desligamento. Dentre os trabalhos publicados por Betty Antunes de Oliveira destacam-se *Centelha em Restolho Seco: uma contribuição para a História dos Primórdios do Trabalho Batista no Brasil; North American Immigration to Brazil. Tombstone Records of the Campo Cemetery, Sta. Barbara, SP e Do Arado ao Cajado*, além de vários impressos relativos à imigração norte-americana para Santa Bárbara do Oeste, e pomerana (alemã) para o Rio Grande do Sul. A propósito da ascendência norte americana de sua mãe, Betty Antunes de Oliveira publicou na Carta Mensal nº 63, de 2002, o artigo *Dos USA para o Brasil após a Guerra de Secessão*.

## GENEALOGIA – PODER E POLÍTICA

Resumo da palestra apresentada aos associados e convidados do Colégio Brasileiro de Genealogia em 29/09/2016, no South American Copacabana Hotel, em seção aberta pelo Presidente **Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Júnior** e pelo e pelo 1º Secretário do CBG **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**,

por **Gustavo Almeida Magalhães de Lemos:**

Em junho de 2005, tive a oportunidade de fazer uma comunicação no encerramento do I Congresso de Genealogia do Rio de Janeiro, com o título: Metodologia de Pesquisa – A Genealogia no Século 21. Na ocasião, apresentei um painel da Genealogia no passado e presente, e fiz algumas projeções para o futuro. O texto foi publicado no Vol. 5 da Revista Brasil Genealógico, com os anais do congresso. Daquela apresentação destaquei e desenvolvi uma parte que apresento a seguir para os confrades do Colégio Brasileiro de Genealogia.

Tenho visto ao longo dos últimos anos diversos pesquisadores definirem Genealogia como uma Ciência auxiliar da História. A tradição oral é mais antiga que a Ciência e a História e remete ao período em que adquirimos a capacidade da razão, sendo, ao lado da arte, uma das primeiras manifestações culturais da nossa espécie. A tradição oral foi o primeiro instrumento de legitimação de poder sem luta, adotado pela razão e aceito pelas sociedades tribais. As lutas aconteciam entre as tribos que tentavam impor sua tradição entre as demais. Na medida em que as gerações se sucediam, os antigos líderes foram transformados em deuses e a tradição se reforçava ainda mais, com a criação dos mitos e tabus, que deveriam ser aceitos sem contestação, já que o chefe era descendente de um Deus. Tal sistema de transmissão de poder vigorou por muitas dezenas de milhares de anos até o surgimento das primeiras

civilizações, há cerca de dez mil anos. Com a civilização, veio a escrita, que passou a registrar seus líderes tendo como base a antiga tradição oral. Os registros já existiam, desenhados nas inscrições rupestres das antigas cavernas, mas não temos como saber quem foram os líderes.

A escrita reforçou a tradição e dessa forma surgiram os livros sagrados. Mas surgiu um problema: com a implantação das primeiras cidades, a imposição de um líder era muito difícil em um ambiente com muitas tribos e tradições. A solução foi nobilitar os líderes de menor peso e criar uma oligarquia para dar sustentação ao poder real. Esta aliança deu origem aos livros de nobreza, em que são descritos os descendentes dos aliados do rei, dando a eles a legitimação do seu poder. Com o passar do tempo e as guerras, os líderes tribais foram perdendo a importância no mundo civilizado e novos líderes foram surgindo, muitos deles saídos dos campos de batalha. Como transformá-los em reis? Muito simples: eram filhos dos antigos deuses com mulheres mortais. A grande maioria dos reinos da antiguidade nasceu assim. A Teogonia de Hesíodo, escrita setecentos anos antes de Cristo, mostra um painel dos reinos da Antiga Grécia, e outros livros similares demonstram que a Genealogia sempre foi o principal instrumento de legitimação do poder.

O sistema familiar de transmissão do poder foi aperfeiçoado e atravessou os séculos seguintes, não apenas no campo político, mas também pelo clero e ordens militares no mundo ocidental. Os impérios da Antiguidade e Idade Média eram construídos pela força e legitimados pela Genealogia. O questionamento do sistema só foi formalmente iniciado no século XVII, com o rompimento da filosofia com a tradição escolástica, que vinha da Idade Média. Filósofos racionalistas e empiristas questionaram as bases do poder hereditário, e o iluminismo do século seguinte lançou os fundamentos das modernas democracias. Não foi por acaso que no século XVIII foram publicadas muitas genealogias da nobreza e pesquisas, com ligações até mesmo escusas de famílias em busca de poder e prestígio social. O poder dinástico estava ameaçado. Surgiram as monarquias parlamentares, em que os monarcas abriam mão do poder, ou parte dele, para permanecer no trono. A nobreza passou a viver das glórias do passado e da vaidade. Boa parte das monarquias ocidentais que não abriram mão do poder foram depostas. Os Braganças de Portugal conseguiram uma proeza extraordinária: a sede da coroa perdeu sua principal colônia, mas o poder continuou com a mesma família, demonstrando com isso que o poder dinástico muitas vezes supera os interesses das nações onde estão instalados.

A Genealogia continuou a prestar sua contribuição aos detentores do poder, mesmo com o enfraquecimento das dinastias. Seu estudo nos mostra as complicadas teias familiares e de compadrio dos novos donos do poder. A ascensão da burguesia criou novas elites, que buscavam legitimar seus poderes por herança. Com o surgimento dos movimentos organizados de esquerda no século XIX, a Genealogia sofreu um duro golpe: os novos líderes teriam que sair do povo, e não impostos de cima para baixo. Infelizmente, a esquerda até hoje abomina a Genealogia, mesmo em seus aspectos históricos, sendo excluída e até mesmo combatida. Como exemplo, podemos citar a destruição dos arquivos do Almanaque de Gotha pelos russos ao término da II Guerra Mundial. Desde o século XVIII o almanaque foi editado sem interrupções, com a minuciosa descrição das casas reais europeias. Os russos já haviam destruído todos os arquivos da dinastia Romanov em seu país, e não perderam a oportunidade de fazer o mesmo na importante publicação, que continuava a divulgar os pretendentes ao trono do país. Para mostrar outro aspecto da importância da publicação, Napoleão ao se coroar imperador exigiu que seu nome fosse incluído no almanaque. Para não desagradá-lo, os editores imprimiram uma edição em francês em que constava o novo imperador, que se considerava o fundador de uma nova dinastia.

Em nosso país, no rastro do que acontecia no velho mundo, foram publicados três grandes trabalhos genealógicos na segunda metade do século XVIII: Nobiliarquia Pernambucana, de Borges da Fonseca; Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, de Pedro Taques; e Novo Orbe Seráfico Brasileiro, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil, de Frei Jaboatão. Das três publicações, apenas Jaboatão não tinha uma ligação implícita com o poder. O título das obras de Borges da Fonseca e Pedro Taques já deixa claro o seu objetivo: ligar as famílias locais a nobres europeus, conferindo legitimidade histórica aos povoadores do nosso território. Embora publicadas, as obras nunca foram concluídas e fragmentos do que foi pesquisado são conhecidos.

Em tempos mais recentes, trabalhos de ótima qualidade foram publicados sem a preocupação com poder e política. A Genealogia transformou-se em objeto de desejo daqueles interessados em conhecer a história das suas famílias, mas a busca pela nobreza não arrefeceu e alguns trabalhos ainda são direcionados para um passado de glórias. O poder e a política não se afastaram da Genealogia: tradicionais famílias, principalmente do interior, ainda fazem parte do cenário político do nosso país. Isso também acontece em outras regiões do mundo e não representa necessariamente um retrocesso. A tradição política em um ambiente democrático é salutar e contribui para o fortalecimento das instituições. A Genealogia deve preparar-se para assumir novos papéis no novo milênio e os associados do Colégio Brasileiro de Genealogia devem estar atentos a isso e dar sua contribuição.



Resumo da palestra promovida pelo CBG para associados e convidados, em 9/11/2016, pelo genealogista italiano Michele Cartusciello.

Michele Cartusciello, que se dedica à Genealogia desde 1986, tem grande experiência na pesquisa de arquivos civis e eclesiásticos italianos, bem como na leitura de manuscritos em latim. Ele fundou em 2012, e é o diretor, do Museo del Cognome (Museu do Sobrenome, em português), situado em Padula, na Província de Salerno, pequena cidade a cerca de 120 km ao sudeste de Nápoles, na Itália.

Em sua estadia no Brasil o genealogista fez também palestras no Circolo Italiano de São Paulo, onde foi recebido pelo Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP Aguinaldo Cristofani Ribeiro da Cunha; no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG em Belo Horizonte, onde foi saudado por **Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho**, Titular da Cadeira nº 12 do CBG e membro da Comissão de Genealogia do IHGMG; e ainda no Centro de Genealogia de Porto Alegre.

No Rio de Janeiro, a palestra foi realizada no South American Copacabana Hotel, e teve tradução realizada pelo Bruno Giannotti. O palestrante foi saudado pelo Presidente do CBG, **Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Júnior**.

A palestra abordou questões interessantes, tanto para aqueles que pretendem realizar pesquisas nos arquivos paroquiais, diocesanos, comunais, estatais e notariais, como para aqueles que desejam pesquisar suas origens com a finalidade de obter cidadania italiana.

Michele Cartusciello citou e analisou os diferentes documentos utilizados na Itália para a pesquisa genealógica, tais como os assentos de nascimento, casamento e óbito, os registros militares, os censos, os atos notariais, além de outros cadastros específicos que foram criados e abandonados ao longo da história da Itália. Note-se que tendo sido unificada somente em 1870, não havia, até essa data, legislação uniforme em todo o país, ressaltando-se, entretanto, as normas definidas pela Igreja Católica.

Em relação aos atos notariais, o palestrante disse tratarem-se de documentos de grande interesse, já que guardaram o cotidiano da sociedade em documentos como registros de testamentos, pactos antenupciais, contratos de compra e venda, notando-se que, até a venda de uma vaca, podia ser registrada por ato de tabelião. Existem atos datados desde o ano 1400, mas de difícil leitura por conta de muitas abreviações e da linguagem complexa.

Entre os documentos específicos da península italiana podem ser citados:

O "Catasto Onciario" criado pelo Rei Carlos de Bourbon em 1740, que informa sobre os proprietários de terras, indicando informações sobre as famílias (membros, idades, trabalhos e como estavam relacionados), sobre casas (seu tamanho e sua localização) e sobre terras (limites, tamanho e cultivos).

O "Murat Cadastral" assemelha-se a uma lista de bens. Foi criada em 1809, como uma medida temporária, mas que foi utilizada por cerca de um século, consistindo em grandes livros (de tamanho maior que a folha A3), que contêm listas com sobrenomes e nomes, relações paternas, mapas de valores cadastrais, etc. No distrito de Milão há um cadastro semelhante que consiste no "Catasto Teresiano," que vigeu de 1718 a 1760, e no qual as propriedades foram registradas com precisão.

O "Stato delle Anime" (Estado das almas) são documentos existentes em algumas cidades, no qual eram registradas, por ruas, as famílias, com todos os seus membros, a medida em que o padre abençoava as casas. Em algumas áreas encontram-se registros datados de 1500.

O palestrante destacou também as condições necessárias à obtenção da cidadania italiana, para o que não há limite de geração. Entretanto, há restrição quando há ascendente mulher, tendo em vista que, segundo a legislação italiana, até 1948, as mulheres adquiriam a nacionalidade do marido. Para os que não são contemplados, por conta dessa restrição, há possibilidade de recurso à Justiça italiana.

Michele Cartusciello descreveu ainda as instalações do museu que dirige, destacando as salas com documentos e fotos referentes a italianos que ao longo dos últimos séculos emigraram para

diversos países, em especial para a América, bem como a sala que apresenta documentos e árvores genealógicas de pessoas ilustres, incluindo artistas de cinema de origem italiana e do próprio Papa Francisco. Esclareceu ainda que o museu dispõe ainda de uma biblioteca especializada em genealogia e de um espaço específico para a realização de atividades para crianças, com o objetivo de nelas desenvolver o interesse por genealogia.

O palestrante apresentou ainda as diversas atividades realizadas pelo museu, dentre as quais se destacam:

- Pesquisa genealógica realizada em arquivos existentes na Itália;
- Reelaboração e criação de brasões, realizadas a partir de detalhada pesquisa de caráter genealógico;
- Análise grafológica que poderá indicar características da personalidade de antepassado;
- Criação de roteiro turístico específicos, denominados Retorno às Origens, conduzido por especialistas, que visam dar oportunidades de conhecer os lugares de origem dos antepassados;
- A história em quadrinhos, iniciativa inédita no mundo, baseada na história da própria família e nos estudos de usos e costumes locais;
- Promoção de atividades em escolas com o a finalidade de desenvolver o interesse por genealogia em seus alunos;
- Preparação de pedido de reconhecimento da cidadania italiana, com pesquisa dos documentos necessários, e apresentação do pedido.

Registre-se que o número 125 da Carta Mensal do CBG referente a janeiro e fevereiro de 2015, descreve o tour genealógico realizado na Itália pelo acima citado confrade **Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho**, ciceroneado por Michele Cartusciello, quando visitou as terras de seus ancestrais, tendo ainda contatado parentes italianos.

#### NA ITALIA BRASILEIRA CONSEGUIE MUDAR LEI E DAR SEU SOBRENOME AO FILHO

Como complemento da palestra proferida pelo genealogista Michele Cartusciello, acima resumida, vale comentar a notícia publicada pela BBC Brasil - Internacional – em 12/12/2016, remetida ao CBG pelo confrade **Pedro Auler-RJ**.

Como se sabe a tradição italiana é de que os italianos recebam apenas o sobrenome paterno -- mesmo que este não seja o desejo dos pais. Esta tradição tem amparo legal tanto no Código Civil, como em dois decretos assinados, um pelo rei em 1939, e outro pelo presidente da República, em 2000.

Mas recentemente um casal formado por um italiano e a brasileira com dupla cidadania Manuela Magalhães, natural de Salvador e radicada na Itália há cerca de 13 anos, tentou registrar o filho com os sobrenomes materno e paterno, como é hábito no Brasil. Este registro não foi, entretanto, aceito pelo funcionário responsável por realizá-lo.

O casal, com apoio de advogados decidiu então recorrer à Justiça. O processo foi examinado por diferentes instâncias jurídicas durante quatro anos, mas no último dia 8 de novembro, a batalha legal finalmente chegou ao fim. Em uma decisão sem precedentes, a Corte Constitucional de Roma julgou "inconstitucional" a norma que impede o uso do sobrenome materno nas crianças italianas.

Segundo a BBC a decisão deverá afetar os nascidos a partir de sua data de publicação, que deve sair ainda neste mês. Para aqueles nascidos antes da publicação, os pais vão precisar recorrer à Justiça se quiserem mudar o sobrenome dos filhos.

Cabe acrescentar que em 2014, a Corte Europeia de Direitos Humanos já havia pedido uma mudança na lei italiana, depois de considerá-la "patriarcal e discriminatória". Por outro lado, ainda segundo a BBC, existe no Legislativo italiano um projeto de lei para mudar a norma, tendo esta proposta sido aprovada pela Câmara, mas estando aguardando decisão do Senado há 40 anos.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/12/12/como-uma-brasileira-derrubou-lei-do-imperio-romano-para-dar-seu-sobrenome-ao-filho-na-italia.htm>

## ENCONTRO EM LISBOA

Em 13 de março de 2016 o associado **Frederico Grinberg Jr** recebeu um e-mail do associado lisboeta **João Carlos de Campos Almiro** relatando que estivera na Biblioteca Nacional de Lisboa a consultar o livro "Montenegro e Bettini", de autoria de FGJ e concluíra ser parente afastado do autor. Disse ainda que gostaria de obter um exemplar do livro e indagava como pagar por ele.

Em e-mail de 14 de março de 2016 João Almiro explicou como se dava o parentesco, a conexão dos Sampaio e dos Bordallo com os Montenegro. Disse Almiro: "Em relação ao nosso parentesco, somos ambos descendentes de

FRANCISCO MENDES BORDALLO, oficial da Casa da Moeda do Rio de Janeiro e Governador do Forte de São Januário. De seu casamento no Rio de Janeiro (Sé) a 21-05-1746 com Ana Maria de Jesus Álvares e Astúrias, nasceram, entre outros:

FRANCISCA JOAQUINA DA TRINDADE BORDALLO, nascida no Rio de Janeiro (Candelária) a 26-02-1747. Casou com Gregório da Silva Pestana, entalhador no Rio de Janeiro, e tiveram, entre outros:

JOSÉ DA SILVA BORDALLO, oficial da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, nascido no Rio de Janeiro (São José), batizado a 25-02-1768. Casou com Joana Rosa do Espírito Santo e tiveram, entre outros, estas duas filhas:

4.1. ALEXANDRINA ROSA DA TRINDADE, nascida no Rio de Janeiro e falecida no Rio de Janeiro a 15-08-1862. Casou no Rio de Janeiro (Santa Rita) a 16-01-1812 com Francisco José de Sampaio nascido em Braga (Portugal) e pais, entre outros de Miquelina Rita de Sampaio nascida no Rio de Janeiro (Santa Rita) 08-08-1813 e falecida no Rio de Janeiro a 30-11-1882. Casada em 1828 com José Cancio Pereira Soares que são os seus terceiros avós.

4.2. FLORISBELLA ALEXANDRINA, (1807-1825), casada no Rio de Janeiro com o comendador Joaquim Vieira da Cunha nascido em Portugal, e pais de Maria Alexandrina Vieira (1824-1894), casada com Manuel José Ferreira Marques, que são os meus quartos avós. "Daqui vem o nosso parentesco".

O resultado dessas tratativas foi que em 22 de maio de 2016 Augusta Montenegro e FGJ tiveram um encontro com João Almiro na famosa Pastelaria Suíça no Rossio de Lisboa.

Neste encontro, Almiro entregou aos recém-descobertos primos árvores genealógicas mostrando a conexão entre as famílias Bordallo, Sampaio e Montenegro.

Contribuição de **FGJ**

## OUTRAS NOTÍCIAS

### O Direito cai na Real

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu um importante julgamento em que decidiu que "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios". Em bom português, significa que uma pessoa pode ter, ao mesmo tempo, dois pais, sendo um deles o pai "de criação" e outro o pai biológico, ambos reconhecidos pelo Direito em igual medida e para todos os efeitos que decorrem da paternidade: direito à pensão alimentícia, à herança, à pensão previdenciária, à visitação e assim por diante. É o que parte da comunidade jurídica já defendia sob o nome de "multiparentalidade".

A decisão do STF é pioneira e revolucionária. Nunca um tribunal superior havia se posicionado de modo tão claramente favorável à tese da multiparentalidade. E o STF o fez em repercussão geral, ou seja, garantindo acesso à Corte em hipóteses semelhantes. Em um tema tão delicado, cercado de preconceitos de origem social e religiosa, o STF teve coragem e ousadia para romper com o dogma antiquíssimo segundo o qual cada pessoa pode ter apenas um pai e uma mãe.

A decisão traz, claro, numerosas e profundas consequências, não apenas para o Direito de Família, mas também para o Direito Previdenciário, o Direito das Sucessões, entre outros. Há muitas perguntas em aberto: por exemplo, se uma pessoa pode receber herança de dois pais, o que ocorre caso o filho venha a falecer antes dos pais, sem deixar descendentes? A resposta da lei brasileira sempre foi a de que o pai recebia a metade dos bens, e a mãe, a outra metade. Agora, indaga-se como será feita a distribuição nessa hipótese: a mãe recebe metade, e cada pai recebe um quarto da herança? Ou se divide a herança igualmente entre os três?

Outras dúvidas existem quanto ao impacto da decisão do STF em matérias como adoção e inseminação artificial. É preciso compreender, porém, que à Corte Suprema não compete redesenhar, em cada decisão, todo o sistema jurídico. Ao STF cumpre dar o Norte, fixar paradigmas; as respostas mais específicas virão pouco a pouco, pelas boas mãos da doutrina e da jurisprudência.

O importante aqui é que, na linha do que já havia feito com o reconhecimento das uniões homo afetivas, o STF reitera seu papel no campo do Direito de Família: não fechar os olhos para a realidade, acolhendo todas diferentes formas de família que já existem na prática e que não se enquadram necessariamente nos modelos fechados que constam das leis e dos códigos. Se a realidade não cabe nos nossos livros de Direito, não é a realidade que deve ser reescrita.

## REMETENTE



COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA  
[www.cbg.org.br](http://www.cbg.org.br)

## EXPEDIENTE

Boletim Informativo  
COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA

Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar - Glória  
20021-040 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (21) 2221-6000

Diretoria:	Presidente	Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior
	Vice-Presidente	Roberto Guião de Souza Lima
	1º Secretário	Victorino Coutinho Chermont de Miranda
	2º Secretário	Guilherme Serra Alves Pereira
	1º Tesoureiro	Maria Lucia Machens
	2º Tesoureiro	Attila Augusto Cruz Machado
	Dir. Publicações	Marcio Miller Santos
Conselho Fiscal:	Gustavo Almeida Magalhães de Lemos	
	Luiz Alberto da Costa Fernandes	
	Nelson Vieira Pamplona	

Horário de funcionamento: 3ª-feira de 14 às 17 horas

Página: [www.cbg.org.br](http://www.cbg.org.br)

Email: [cbg@cbg.org.br](mailto:cbg@cbg.org.br)

Diagramação: Escale Serviços de Informática

Impressão: Letras e Versos

## DESTINATÁRIO

## IMPRESSO